

25 MAI 1988

JORNAL DA TARDE

JORNAL DA TARDE

P. 3

Sarney acha que tem maioria incoanista na Constituinte e tem pressa de ver este item aprovado. Por isso, os líderes governistas decidiram desfechar uma ofensiva ontem para levar a Brasília o maior número de parlamentares e votar o mandato amanhã ou no máximo na sexta-feira.

Mandato: Sarney quer votação já.

O presidente Sarney não quer correr risco na votação do mandato na Constituinte. Por isso, os líderes governistas, reunidos ontem à noite, decidiram concentrar esforços para garantir a presença do maior número possível de parlamentares em Brasília amanhã e sexta-feira, avaliando que a Constituinte poderá iniciar ainda esta semana a votação das disposições transitórias.



Sarney até cancelou as viagens, esperando a votação do mandato.

onde a questão do mandato é o segundo item a ser apreciado. O presidente, que tinha viagem marcada para sexta e sábado para Petrolina (PE) e Patos de Minas (MG), suspendeu sua saída de Brasília para acompanhar os trabalhos na Constituinte.

Até os aviões presidenciais poderão ser acionados na chegada aos parlamentares cincoanistas pelos estados, admitia-se ontem no Palácio do Planalto, embora já estivessem presentes ontem 503 dos 559 constituintes. A pressa de Sarney explica-se: todos os levantamentos feitos dão uma vitória folgada para os cinco anos, entre 310 e 320 votos, contra em torno de 240 para os quatro anos. Mas o presidente tem viagem marcada para os Estados Unidos no domingo, 2 de junho, e não pretende, segundo os parlamentares que frequentam os circuitos palacianos, ver sua tranquilidade ameaçada. E, quanto mais passa o tempo, mais essa ameaça aumenta, conforme comentava ontem o senador Lavoisier Maia (PDS-RN), que retornava de viagem ao interior do seu estado: "Quem ouve os chefes políticos locais e o próprio povo sente as pressões no sentido de votar por mandato de quatro anos".

O dia de ontem em Brasília foi todo marcado pelas discussões em torno da data da votação do mandato. No final da manhã, o presidente Sarney fez uma reunião com oito ministros, líderes políticos e assessores. Depois, durante a tarde, enquanto as lideranças partidárias se reuniam na sala do senador Mário Covas para discutir os acordos sobre os itens da Ordem Social, o líder do PFL, senador José Lourenço, por mais de uma vez entrou na sala pretendendo convencer os presentes da necessidade de apressar as votações, sem obter sucesso.

No plenário, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, poucos minutos antes do término da sessão e na tentativa de apressar os trabalhos, anunciou a convocação da nova sessão para hoje de manhã, mas recuou diante dos protestos do senador Mário Covas da tribuna.

A questão do mandato presidencial está no segundo artigo das disposições gerais e transitórias a ser apreciada pelos constituintes. O primeiro artigo diz apenas que o presidente da República e o presidente do Supremo Tribunal Federal deverão estar presentes na sessão solene de promulgação da Carta, para prestar o compromisso de cumpri-la.

O texto que será votado é o da Comissão de Sistematização, que estabelece o dia 15 de março de 1989 para o término do mandato do presidente Sarney. São quatro anos, portanto. O substitutivo do Centro não toca no assunto, deliberadamente, por falta de consenso no grupo. Para o texto da Sistematização, há mais de 30 pedidos de destaque e várias emendas. A que tem preferência na votação é a do deputado Matheus Iensen (PMDB-RS), por ter o maior número de assinaturas (316), propondo o mandato de 5 anos.

Enquanto se processavam as votações de ontem à tarde, o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), principal encarregado pelo governo das convocações dos colegas constituintes cincoanistas, fazia e refazia as contas com base nas listagens do computador. Sua previsão é de que, se todos comparecerem, serão alcançados 320 votos, mas fazia questão de assegurar que, de qualquer modo, "312 estão garantidos".

Milton Reis (MG), secretário-geral do PMDB e responsável por manter o Palácio do Planalto diariamente informado sobre a tendência da votação, contava 236 votos para os 4 anos, podendo chegar "no máximo" a 244. Prevendo um comparecimento de 540 constituintes, o deputado garantia pelo menos 312 votos nos 5 anos (na chamada "superterça", 22 de março, o mandato presidencial de 5 anos teve 304 votos contra 223 pelos 4 anos).

O deputado Del Bosco Amâncio (PMDB-SP), um dos que foi favorável ao mandato de 5 anos, disse ontem que poderá votar a favor dos 4 anos, inconformado pela impunidade de responsável por irregularidades em órgãos públicos. Mas, do lado dos quatroanistas convictos, impera o clima de derrota. O Senador Jutahy Magalhães, membro da CPI da Corrupção, lembrava que "todas as pesquisas indicam que a vontade popular anseia por um mandato de quatro anos", mas lamentava o descêditto dessa mesma população na classe política "que não soube conduzir o processo para desembocar nas Diretas-J4".

Guy Sorman e imagem do Brasil: "catastrófica".



O resultado da Constituinte sobre o Brasil é "catastrófico", principalmente considerando-se a nova política industrial ditada pelo presidente Sarney. A situação do País é dramática. Neste momento, sua imagem é catastrófica tanto dos pontos de vista econômico e social como do político.

Essa imagem do País foi descrita ontem, ao sair de audiência com o presidente Sarney, pelo professor Guy Sorman (foto), do Instituto d'Etudes Politiques de Paris. Apesar de todas as críticas, Sorman não poupou os elogios à nova política industrial anunciada na semana passada pelo presidente Sarney. "Um modelo importante não apenas para o Brasil internamente, como externamente", disse, depois de afirmar que também conversou com o presidente da República sobre a avaliação que ele faz do País nas últimas décadas, principalmente sob o ângulo econômico. Sarney até concordou com essa avaliação.

Sorman afirmou ainda estar perplexo diante da contradição existente entre a política industrial do presidente Sarney e as posições tomadas pela Constituinte. Desse modo, considerou que o Brasil fica entre abandonar a nova política industrial ou se entregar ao estabelecido pela futura Constituição. De sua parte, defendeu que seria preciso abandonar a Constituição.

O certo, contudo, é que, se prevalecer a política industrial anunciada por Sarney, Sorman acha que a repercussão fora do País será boa e, com esse discurso, a Nação poderá se reintegrar à comunidade internacional. "O desenvolvimento deste país não é possível sem que ele se reintegre a essa comunidade", acrescentou.

Guy Sorman também defendeu uma reforma agrária para o País. Mas uma reforma agrária burguesa, para desenvolver a pequena propriedade privada e destacou que não estava pregando uma revolução ao falar esse tema, mas apenas o desenvolvimento da propriedade privada. Ele também criticou a participação excessiva do Estado na economia, dizendo que o Brasil sempre se caracterizou por um modelo de industrialização conduzido pelo governo.

Diário Popular: um homem de Quêrcia na transação.

O governador Orestes Quêrcia garantiu ontem que não se associou ao empresário Ari de Carvalho na compra do controle acionário do Diário Popular — uma operação que faria parte de seu esquema de candidato à Presidência da República. É certo, porém, que Carvalho não está sozinho nessa negociação. Desde o início, participou dela o diretor-financeiro da Vasp, Natanael Azevedo, que já passou pela experiência de administrar a Última Hora e os Diários Associados. Por coincidência, Azevedo é hoje um dos homens mais estreitamente ligados a Quêrcia.

Ari de Carvalho, contudo, também nega que Quêrcia esteja por trás disso. Ontem, ele garantiu que só começou a pensar na compra do jornal depois de ler notícias de que o governador estaria interessado, o que o fez concluir que o jornal estava à venda. Carvalho, conhecido comprador e vendedor de empresas jornalísticas (ele mantém o controle das ações do jornal O Dia, no Rio), diz que veio imediatamente a

São Paulo e iniciou as negociações com o diretor-presidente do Diário Popular, Rodrigo Lisboa. Depois de quatro dias, na última segunda-feira, a compra foi anunciada.

Quêrcia, por sua vez, sustenta ter bons motivos para não se envolver em negócios desse tipo. "Esses negócios não são bons", diz. "Quem tem jornal ou televisão sabe que o negócio está ruído. E eu vou mexer com isso? De jeito nenhum."

O governador deve falar com conhecimento de causa. Em Campinas, ele mantém sob controle direto, ou por intermédio de associados, um conjunto de comunicações de âmbito regional. O Diário do Povo é sua mais antiga aquisição, por meio de sucessivos aumentos de sua participação acionária, que ele controla desde 1985. Atualmente, o jornal passa por uma grande reformulação: profissionais foram recrutados na grande imprensa e, até dezembro, receberá um parque gráfico de última geração.

Ameaça à reunificação do PMDB: o "Novo PMDB".

A pretensão de Ulysses Guimarães de reunificar o PMDB na convenção nacional de 21 de agosto poderá ser frustrada: está sendo organizado um outro grupo — "Novo PMDB" — disposto a bater chapa na renovação do diretório e comissão executiva nacional, não aceitando composição com os moderados do "Centro Democrático" na formação de chapa única.

O "Novo PMDB" está sendo coordenado por Francisco Pinto (BA), Márcio Lacerda (MT), entre outros. Dele participariam de 50 a 60 peemedebistas, entre eles, Márcio Braga (RJ), Nelson Wedekin (SC), Luiz Freire (PE). Os deputados Francisco Pinto e Hélio Duque acham que antes da decisão de deixar o partido deve ser tentado o "bom combate" na convenção nacional.

O grupo de centro-esquerda do "Novo PMDB" não quer tomar a decisão de sair do partido sem promover o confronto com os moderados. Também os líderes do "Centro Democrático" pretendem disputar o diretório e a comissão executiva nacional com chapa própria. A grande dúvida do "Novo PMDB" e do "Centro Democrático" é a posição de Ulysses Guimarães. Muitos acreditam que o veterano político, na presidência do partido desde 1971, tentará, novamente, compor as diversas facções internas em chapa única.

Além disso, o sistema mantém duas emissoras de rádio — a Central AM e a Antena 1 FM, na qual Quêrcia tem como sócio Orlando Negrão, um dos envolvidos no escândalo da Loteria Instantânea. Ambas as emissoras foram adquiridas em momentos de dificuldade econômica, rapidamente superada depois de passarem para o controle de Quêrcia. A mais recente aquisição de seu grupo é a TV Metrópole, também controlada por Orlando Negrão, e que é coligada à TV Manchete. Com novos equipamentos e uma central de jornalismo remodelada, o Canal 6 tem hoje a segunda audiência da região de Campinas.

Reformulações como as feitas por Quêrcia em sua rede de Campinas fazem parte dos planos de Ari de Carvalho, quando fala em modernizar o Diário Popular. Diz ele que vai promover pesquisas de opinião para saber que linha editorial adotará a empresa recém-adquirida. Mas Carvalho adianta que foi esse o procedimento que adotou quando adquiriu O Dia.